

A PANDEMIA E A “AMBIENTALIZAÇÃO” DA GEOGRAFIA: UM DESAFIO EPISTÊMICO-POLÍTICO

LA PANDEMIA Y LA “AMBIENTALIZACIÓN” DE LA GEOGRAFÍA: UN
DESAFÍO POLÍTICO-EPISTÉMICO

THE PANDEMIC AND THE ‘ENVIRONMENTALISATION’ OF
GEOGRAPHY: AN EPISTEMIC-POLITICAL CHALLENGE

RESUMO

A finalidade deste artigo é extrair da pandemia de COVID-19 uma lição profissional para os geógrafos: sem pretender (ou poder) voltar ao passado, é necessário revalorizar, contudo, a própria quintessência da identidade do discurso geográfico, que é um modo de construção do objeto de conhecimento comprometido com um diálogo entre pesquisa social (representada pelo que usualmente chamamos de “Geografia Humana”) e pesquisa natural (representada pelo que costumeiramente denominamos “Geografia Física”). Essa revalorização, presentemente denominada “ambientalização”, não almeja nada de excessivamente ambicioso: não se advoga nenhuma tese excludente no estilo “a Geografia deve ser isso, e nada diferente disso”; apenas se defende a ideia de que um enfoque como o da Geografia Ambiental, derivado de um esforço de “ambientalização”, deve ter seu lugar assegurado. A Geografia Ambiental, empenhada na construção de objetos de conhecimento híbridos, nos faculta mobilizar as interfaces e os conhecimentos necessários para lidar com tarefas complexas como - entre muitas outras - a análise dos efeitos de curto e longo prazo da pandemia. O projeto da Geografia Ambiental, contudo, não apenas tem de fazer face a desafios intelectuais (integrar *quais* conhecimentos, *como e com que finalidade?*) como, no fundo, esbarra em obstáculos políticos: as relações de poder no mundo acadêmico e o zelo com que “fronteiras” são patrulhadas e “territórios” são defendidos, para não falar da resistência de muitos pesquisadores em sair de suas zonas de conforto temáticas e teórico-metodológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Ambiental; “ambientalização”; pandemia de COVID-19.

RESUMEN

El propósito de este artículo es extraer de la pandemia de COVID-19 una lección profesional para los geógrafos: sin la intención (o la posibilidad) de regresar al pasado, es necesario reevaluar, sin embargo, la quintaesencia de la identidad del discurso geográfico, que es una forma de construcción de objetos epistémicos comprometida con el diálogo entre investigación

MARCELO LOPES DE SOUZA

Professor Titular do
Departamento de Geografia
da UFRJ (onde coordena
o Núcleo de Pesquisas em
Geografia Ambiental e
Ecologia Política/GAEP) e
pesquisador do CNPq.

mlopesdesouza@ufrj.br

Artigo recebido em:

07/07/2020

Artigo aprovado em:

31/08/2020

social (representada por lo que generalmente llamamos “Geografía Humana”) e investigación natural (representada por lo que generalmente llamamos “Geografía Física”). Esta revaluación, aquí llamada “ambientalización”, no apunta a nada demasiado ambicioso: no se defiende ninguna tesis exclusivista en el estilo “la Geografía debería ser eso, y nada diferente de eso”; simplemente defiende la idea de que un enfoque como el de la Geografía Ambiental, derivado de un esfuerzo de “ambientalización”, debe tener su lugar asegurado. La Geografía Ambiental, comprometida con la construcción de objetos epistémicos híbridos, nos permite movilizar las interfaces y el conocimiento necesarios para hacer frente a tareas complejas como el análisis de los efectos a corto y largo plazo de la pandemia, entre muchos otros temas. Sin embargo, el proyecto de la Geografía Ambiental no solo tiene que enfrentar desafíos intelectuales (¿qué conocimientos integrar, cómo integrar y con qué propósito integrar?), sino que al final se encuentra con obstáculos políticos: las relaciones de poder en el mundo académico y el celo con el que se patrullan las “fronteras” y se defienden los “territorios”, sin mencionar la resistencia de muchos investigadores a abandonar sus zonas de confort temáticas y teórico-metodológicas.

PALABRAS CLAVE: Geografía ambiental; “ambientalización”; Pandemia de COVID-19.

ABSTRACT

The purpose of this article is to extract from the COVID-19 pandemic a lesson for geographers: although without intending (or being possible) to simply go back to the past, it is necessary to re-value, nevertheless, the very quintessence of the identity of the geographical discourse, which has been characterised by a way of building epistemic objects that is committed to a dialogue between social research (represented by what we usually call ‘human geography’) and natural research (represented by what we usually call ‘physical geography’). This project, presently called ‘environmentalisation,’ does not aim at anything overly ambitious: there is no case here for an exclusionary thesis in the style ‘geography should be this, and nothing else’; in fact, it just defends the idea that an approach such as that of environmental geography, resulting from an attempt at ‘environmentalisation,’ must have its place assured. Environmental geography, being committed to the construction of hybrid epistemic objects, allows us to mobilise the interfaces and knowledge necessary to deal with complex tasks such as the analysis of the short and long-term effects of the pandemic (among many other issues). However, the environmental geography project not only has to deal with intellectual challenges (integrating what knowledge, how and for what purpose?), but, in the end, it must also face political obstacles: the concrete power relations in the academic world and the zeal



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

1. Quanto a mim, tenho preferência de empregar as expressões Geografia Social (introduzida por Élisée Reclus mais de um século atrás) e Ecogeografia (cunhada pelo geógrafo-geomorfólogo Jean Tricart e disseminada por ele a partir da década de 1970). As razões para essas escolhas, eu já as expliquei alhures (SOUZA, 2016 e 2018), mas não custa resumí-las aqui: “Geografia Humana” é uma designação que dá destaque a um adjetivo - humano - que remete, acima de tudo, ao plano epistemológico da espécie biológica, e não ao plano da sociedade, o que seria muito mais adequado e frutífero; quanto à “Geografia Física”, aqui o adjetivo é restritivo e pobre, não tendo, pelo menos aos olhos de hoje, a mesma potência de ecológico (ou do prefixo eco), que se refere, de forma mais direta, ao conjunto dos fatores bióticos e abióticos. (Quando Alexander von Humboldt deu como subtítulo à sua obra-prima, o *Kosmos* [von HUMBOLDT, 2004], a formulação “Esboço de uma descrição física do mundo” [Entwurf einer physischen Weltbeschreibung], o significado do adjetivo “físico” era, aí, muito abrangente; mas é forçoso admitir que, desde a consolidação da disciplina denominada Física, essa abrangência se viu intuitivamente prejudicada.)

with which ‘borders’ and ‘territories’ are patrolled and defended, not to mention the resistance of many researchers to leave their thematic and theoretical-methodological comfort zones.

KEYWORDS: Environmental geography; ‘environmentalisation’; COVID-19 pandemic.

PALAVRAS INICIAIS

O presente artigo tem sua origem em uma live, para a qual fui convidado pelo Prof. Rafael Zilio Fernandes, da UFOPA/Santarém, em junho de 2020. Justamente por causa da pandemia de COVID-19, as *lives* e os “webinários” (e as controvertidas aulas remotas) tornaram-se corriqueiros entre nós - a rigor, no mundo todo -, e as circunstâncias me levaram a refletir sobre o tema da responsabilidade dos geógrafos em face de episódios catastróficos como uma pandemia, dando continuidade a uma reflexão que eu e Luciano Candiotto havíamos já iniciado no âmbito de um editorial de *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política* (SOUZA; CANDIOTTO, 2020).

O estilo do texto segue de perto o da própria *live* (aliás, os títulos das seções são os mesmos que utilizei no *Power-Point*), com seções relativamente curtas e, em contrapartida, um número delas um pouco maior do que é usual em um artigo. A finalidade do trabalho é a de extrair da pandemia uma lição para a “guilda” dos geógrafos profissionais: sem pretender (ou poder) voltar ao passado, é necessário revalorizar, contudo, a própria quintessência da identidade do discurso

geográfico, que é um modo de construção do objeto de conhecimento comprometido com um diálogo entre pesquisa social (representada pelo que usualmente chamamos de “Geografia Humana”) e pesquisa sobre a natureza (representada pelo que costumeiramente denominamos “Geografia Física”)¹. Esse diálogo, tão cultivado durante o período dito “clássico” ou “tradicional” da disciplina (que se estende do século XIX até, tipicamente, os anos 1960), passou a ser negligenciado e até mesmo desdenhado e encarado com hostilidade a partir da década de 1970. Descontadas as exceções de praxe, seriam necessários três decênios até que um número mais expressivo de profissionais começasse a manifestar desconforto e oposição em face do fosso que os próprios geógrafos cavaram no interior da disciplina. Este artigo faz parte desse esforço de mostrar que é possível e vale a pena “ambientalizar” a Geografia (ou, mais realisticamente, uma parte dela).

1. O QUE É O AMBIENTE?

Começemos por uma discussão que, à primeira vista, pode parecer banal e desnecessária: estabelecer o conteúdo do termo *ambiente*. Afinal de

2. Com a expressão “paisagem natural”, a Geografia “clássica” se referia, precisamente, a isso: um espaço do qual se fez abstração da sociedade, ou que se supunha, para todos os efeitos práticos, “natural”. A ideia de uma *Naturlandschaft* (que poderíamos, imperfeitamente, traduzir como “paisagem natural”), da velha Geografia alemã (que teve seu equivalente francês), mostrou-se influente também fora da Alemanha, como se viu por sua recepção em língua inglesa: basta lembrar o diálogo, por parte de Carl O. Sauer, da obra de Alfred Hettner. A ideia de uma *Naturlandschaft* (ou natural landscape em Sauer) era complementada pela noção de *Kulturlandschaft* (imperfeitamente traduzível como “paisagem cultural”; em Sauer, no original, cultural landscape), a qual, entretanto, não eliminava os problemas nela embutidos. Essas expressões e as construções conceituais a elas subjacentes pertencem, hoje em dia, basicamente ao passado da “Geografia Humana”, mas é notável constatar como a chamada “Geografia Física” continua, via de regra, operando por meio de uma simplificação que a leva a reduzir a sociedade a um asséptico e abstrato “fator antrópico”, isso quando a sociedade não é simplesmente desconsiderada na análise.

contas, todos sabemos o que é o ambiente - ou não?

Infelizmente (ou felizmente), as coisas não são tão simples quanto parecem. O senso comum, nos países ibero-americanos, tende a tratar a palavra “ambiente”, em um primeiro momento, como sinônimo de “meio ambiente” (em espanhol, “*medio ambiente*”). O “meio ambiente”, por sua vez, se refere a um suposto “ambiente natural”, isto é, à expressão espacial dos processos, ciclos e dinâmicas da “natureza”. Aí, nessa equiparação, reside a fonte de diversos problemas teórico-conceituais, os quais, de sua parte, influenciarão posturas e decisões políticas.

Para início de conversa, as ciências da natureza - “Geografia Física” incluída - têm o péssimo hábito de lidar com o “meio ambiente” ou com o “ambiente natural” como se este fosse constituído por uma natureza intocada. Ora, uma coisa é investigar os processos e as dinâmicas naturogênicos (ou seja, que, em si mesmos, não foram criados por mãos humanas, ainda que possam ser influenciados ou manipulados pelos seres humanos em algum grau), utilizando os instrumentos analíticos das ciências naturais; isso é inteiramente legítimo e necessário. Outra coisa, todavia, é, diante de realidades em escala macro, como uma paisagem rural ou mesmo uma porção qualquer de espaço em meio a uma área florestada, abstrair a dimensão social da realidade e fazer de conta que as relações sociais não condicionam o espaço as dinâmicas sob exame -

por meio da chuva e da neblina ácidas, dos impactos menores ou maiores da presença humana direta (às vezes ao longo de milênios, influenciando até mesmo a pedogênese) e, no limite, do aquecimento global. Essa ficção, já reprovável no princípio do século XX, mostra-se mais e mais insustentável um século depois².

Ao se tomar o “ambiente” como sinônimo de “ambiente natural”, ainda por cima, termina-se por esquecer que os espaços socialmente produzidos através do trabalho de transformação da natureza, incluídos aí os espaços tão intensamente “artificiais” das metrópoles e megalópoles, são, eles também, *ambientes* - ambientes fortemente hominizados, sem dúvida, mas, mesmo assim, ambientes. Porém, não só isso: também nesses ambientes extremamente transformados continua a se fazer presente, nas mais variadas escalas, a natureza não humana: da escala micro das bactérias e vírus, ou dos próprios elementos e compostos químicos e das forças físicas, até a escala macro da fauna e da flora urbanas, como aves e mamíferos domésticos, “liminares” (como pombo e ratos) e selvagens, além de insetos, fungos e plantas. Na verdade, a natureza não humana, ou os processos e dinâmicas não antropogênicos, são uma “natureza primeira”, uma vez que, a rigor, os prédios, os campos de cultivos, os automóveis e tudo aquilo que a sociedade produz não é inteiramente apartado da natureza, sendo, isso sim, a natureza sendo transposta a outro patamar de complexi-

dade - uma “natureza segunda” -, para o bem e para o mal³.

O “meio ambiente”, como já tive oportunidade de enfatizar em outras ocasiões (SOUZA, 2019a e 2019b), é um termo *redundante*. Com ele, empregamos duas palavras para exprimir apenas a metade de uma ideia. Um autêntico desperdício intelectual.

Por tudo isso, aqui não importa (apenas) o “meio ambiente”: interessa o *ambiente*, concebido por inteiro, de maneira integral e não mutilada.

2. O QUE SERIA A “AMBIENTALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA”?

“Ambientalizar” é uma expressão que foi empregada por alguns autores (LOPES *et al.*, 2004; ACSELRAD, 2010) para se referir a lutas sociais. Nesse contexto, uma luta social se “ambientalizar” ou ser “ambientalizada” diz respeito à circunstância de, por conveniência tática ou convicção estratégica, ter essa luta - digamos, apenas para ilustrar: mobilizações, protestos e ativismos por saneamento básico em periferias urbanas pobres - lida também através das lentes da relação “natureza/sociedade”, por exemplo, no que concerne a riscos para a saúde humana. A mesma luta poderia ser encarada sem que esse aspecto fosse enfatizado ou explorado sistematicamente. No entanto, acrescentá-lo pode ter muitas vantagens, tanto científicas e intelectuais quanto políticas:

a possibilidade de estabelecer laços de cooperação com estudiosos como epidemiologistas e engenheiros sanitários (ou, dependendo do assunto, especialistas em geotecnia, engenheiros florestais, geólogos, biólogos etc.); e, não com menor ênfase, a chance de aumentar a visibilidade pública (e, quem sabe, a legitimidade aos olhos de muitos, em diversas escalas) de uma luta local por justiça, que passa a ser associada, também, a valores partilhados por outros grupos e agentes sociais, como melhor saúde pública, menos degradação ambiental, proteção de recursos e ecossistemas, e assim sucessivamente. “Ambientalizar(-se)”, a propósito de uma determinada luta, não é, necessariamente, uma questão de oportunismo, mas sim de *senso de oportunidade* (e, em alguns casos, de uma consciência mais ampla sobre as implicações de certos problemas).

A “ambientalização” da Geografia, de sua parte, nos remete a uma discussão epistemológica, mas que não deixa de possuir conexões políticas. No sentido presentemente advogado, “ambientalizar” a Geografia consiste em *incrementar a valorização do conceito de ambiente no interior desse campo discursivo/disciplinar, de maneira a tornar a perspectiva com a qual olhamos o mundo e construímos os objetos de conhecimento muito mais fecunda*. Não é, claro, o “meio ambiente” que tratamos de valorizar, mas sim

3. As expressões *erste Natur* (“natureza primeira” ou “primeira natureza”) e *zweite Natur* (“natureza segunda” ou “segunda natureza”) foram empregadas por Naturphilosophen alemães como Friedrich von Schelling (1775-1854), sendo posteriormente utilizadas pelo geógrafo anarquista Élisée Reclus (1830-1905) e também por autores marxistas.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

o *ambiente*, na sua integralidade.

Uma faceta das mais relevantes acerca do conceito de ambiente deve, a esta altura, ser recontextualizada, justamente para que o sentido da “ambientalização” ora proposto fique bem estabelecido. Se o conceito de ambiente possui um evidente potencial totalizante, em que consistiria, pois, uma “ambientalização”? O ambiente não seria, simplesmente, uma outra forma de designarmos o espaço geográfico? Não propriamente, tanto por razões práticas quanto *lógico-conceituais*. De um ponto de vista prático, tem sido comum que muitos geógrafos (entre os “humanos”) restrinjam o “espaço geográfico” *ao espaço social*, isto é, à “natureza segunda”, descuidando por completo ou apenas tangenciando as dinâmicas e os processos geobiofísicos; de um ponto de vista lógico-conceitual, porque as ideias de espaço geográfico e ambiente, a rigor, não se superpõem perfeitamente: o ambiente abarca tudo, fatores bióticos e abióticos, seres vivos humanos e não humanos - ou litosfera, atmosfera, hidrosfera, criosfera, biosfera e antroposfera -, ao passo que, no tocante ao espaço geográfico (ou mesmo ao espaço social), resta o problema de que, mesmo rejeitando o cartesianismo de buscar fronteiras nítidas, é intuitivamente problemático pretender que os atores e as relações sociais sejam convertidos em meros subconjuntos do espaço.

O conceito de ambiente, por outro lado, ainda que alargado para estar à altura de seu po-

tencial totalizante, sempre irá preservar, como uma de suas dimensões fundamentais, aquela da transformação da “natureza primeira” (processos, ciclos, dinâmicas e formas naturogênicos) em “natureza segunda” (materialidade economicamente modificada, politicamente apropriada e culturalmente dotada de significado). Em outras palavras, ele sempre nos remeterá à questão do “metabolismo social” (*gesellschaftlicher Stoffwechsel*), para empregar uma expressão de Marx. “Ambientalizar”, por conseguinte, equivale a conceder, na justa medida, importância a tudo aquilo que está implicado no metabolismo social: os graus de racionalidade, destruição e desperdício (ou de [im]prudência ecológica) dos diferentes modos de produção; os efeitos dos modelos sociais sobre a saúde e a qualidade de vida em geral, de humanos assim como de não humanos; a maneira como a “dominação da natureza” se entrelaça com os mecanismos de dominação social, e, especialmente, a maneira como a injustiça social se expressa como injustiça ambiental e ecológica.

Entretanto, por que uma “ambientalização” da Geografia seria necessária? Quem não estiver familiarizado com a história da Geografia terá, talvez, dificuldade de entender a razão pela qual uma tal perspectiva ainda precisa ser defendida, em pleno século XXI e em meio a debates político-sociais candentes em torno da mudança climática global e seus efeitos, das relações entre desastres e segregação residencial e da jus-

tiça ambiental (incluindo, aí, a chamada “justiça climática”) - para só mencionar alguns. Defendida *contra o quê?* Que cegueira, que preconceitos levariam alguém (e justamente geógrafos!) a negligenciarem uma perspectiva analítica tão crucial? Vejamos, com a necessária brevidade, na próxima seção, o que torna a defesa de uma “ambientalização” da Geografia uma tarefa necessária (e urgente).

3. O QUE TEM SIDO A GEOGRAFIA? (E QUAL TEM SIDO, NELA, O LUGAR DO AMBIENTE?)

Obviamente, chegaria às raias da insanidade ambicionar resumir, em alguns parágrafos, a história da Geografia - assunto ao qual muitos autores competentes dedicaram já volumes inteiros. O objetivo, nesta seção, é, meramente, o de chamar a atenção para um aspecto em particular: a *autossabotagem da Geografia*, no que tange à sua dificuldade e às suas hesitações para abraçar, consistente e decididamente, os inúmeros problemas referentes ao que se convencionou chamar de “problemática” ou “questão” ambiental/ecológica.

Durante todo o período dito “clássico”, a Geografia, mesmo compreendendo diversas tradições de pesquisa ou epistêmicas, tinha no estudo das relações “homem/meio” (ou, mais modernamente, “sociedade/natureza”) a sua tradição mais popular, e aquela que era mais distintiva do campo disciplinar (especialmente aos olhos do

grande público). Nos Estados Unidos, dá testemunho disso o famoso artigo de William Pattison sobre as “quatro tradições” da Geografia (PATTISON, 1990). É fácil, porém, constatar fenômeno equivalente em outros países, como o Brasil.

Nos anos 1970 e 1980, porém, um processo de crítica do positivismo e do conservadorismo político que dominaram a Geografia acadêmica por gerações sacudiu a poeira e abalou os próprios alicerces epistemológicos da disciplina: a “virada crítica” ou “radical” (que foi, na sua essência, uma virada *marxista*, já que o pensamento *libertário* permaneceu, por muitos anos, como uma nota de rodapé). Na esteira dessa renovação crítica, a maior parte da “Geografia Humana” empenhou-se, cada vez mais, em se apresentar e credenciar como uma *ciência social*, e não mais como uma “ciência de síntese” ou uma “ponte” entre o saber sobre a natureza (o “meio [natural]”) e o saber sobre a sociedade (o “homem”); cumpria, para tanto, distanciar-se de conhecimentos que passaram a ser atacados como pouco úteis ou inúteis, além de positivistas: os conhecimentos da “Geografia Física”. Quanto aos geógrafos físicos, estes já vinham, de muito tempo, com frequência sendo tragados por uma espiral de especialização; crescentemente se viam antes como geomorfólogos, climatólogos etc. que como geógrafos. A hostilidade cada vez maior dos geógrafos humanos críticos catalisou enormemente o processo de afastamento emocional e

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO - DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

intelectual (quando não institucional) dos geógrafos físicos em relação aos humanos e, ao fim e ao cabo, relativamente à própria Geografia. Replicava-se, no interior da disciplina, um fosso que caracterizava a ciência ocidental desde o século XIX, tendo se aprofundado no século XX: aquele entre as ciências da natureza e as ciências da sociedade (e as humanidades em geral).

Examinei essa situação em trabalhos anteriores (SOUZA, 2016 e 2018), de modo que não é o caso de entrar, agora, em pormenores. Cabe lembrar, de toda sorte, entretanto, que, assim procedendo, os geógrafos remavam, em um sentido fundamental, contra a corrente da história. Ao abraçarem aquilo que o filósofo Bruno Latour (LATOURE, 1991) denominou uma estratégia de “purificação”, voltando as costas aos “híbridos” e ignorando o entrelaçamento cada mais complexo e estonteante do que nos habituamos a chamar de “sociedade” e “natureza”, os geógrafos como que se fizeram largamente surdos aos apelos e clamores de uma ampla gama de atores sociais. De governos e organismos supranacionais a ONGs e organizações de movimentos sociais, muitos agentes, sobretudo a partir da década de 1970, passaram a debater, reclamar e propor soluções e saídas para os desafios ecológico-sociais com os quais a humanidade (decerto que de forma sempre assimétrica e desigual) passou a se ver crescentemente confrontada: “eventos climáticos extremos”, situações de injustiça

ambiental, destruição ou ameaça de destruição de ecossistemas inteiros, solapamento das bases ecológicas de modos de vida de incontáveis populações pelo planeta a fora, consequências da elevação do nível do mar na esteira do aquecimento global, e assim sucessivamente. Em meio a isso, os geógrafos, em grande medida, acreditaram que, para romperem com o naturalismo e o positivismo, teriam de negligenciar e até mesmo repudiar tudo aquilo que guardasse relação com a pesquisa natural - suas teorias, seus conceitos, seus métodos e seus conhecimentos. Uma triste e trágica ironia.

Qual era o lugar do *ambiente*, porém, na Geografia “clássica”? Como conceito, ele praticamente não existia - pelo menos, não da forma presentemente discutida. Outros tempos, outros termos e outros conteúdos: um conceito mais ou menos correspondente, com grande potencial holístico, mas tratado de maneira quase sempre “naturalizante”, era o de meio (o *milieu* dos geógrafos franceses), que durante décadas gozou de grande prestígio. Outro conceito, que tinha um não menor potencial holístico, era o alemão *Landschaft*, que alguns geógrafos estadunidenses insistiram em traduzir como *landscape*, o que gerou confusões (já que *landscape*, ou “paisagem”, possui, em inglês, um escopo menor e mais simples do que o complexo conceito alemão). De toda sorte, praticava-se um estilo de análise que buscava, ainda que prejudicada pelo positivismo e pelo generaliza-

do desapareço pela teorização, a integração de conhecimentos “físicos” e “humanos”⁴. É essa tradição que será tremendamente sacudida pela “virada crítica”. Recorrendo a um marxismo nem sempre interpretado de modo flexível, os geógrafos críticos dos anos 1970 e 1980 (e, em parte, até hoje), ao mesmo tempo em que fizeram avançar muito a compreensão da produção do espaço, historicizando a nossa compreensão da “natureza”, empobreceram o campo analítico-discursivo, ao descurar o outro lado: as mediações naturais da sociedade ou, no dizer do próprio Marx, o metabolismo social⁵. Jogou-se fora o bebê com a água do banho, para usar o clichê.

Foi preciso esperar pelo fim do século XX e, principalmente, pelo início do século XXI, para que os geógrafos comesçassem, de maneira mais expressiva, a se insurgir contra determinadas hipersimplificações. É bem verdade que havia aqueles geógrafos que, por se dedicarem à Ecologia Política, desde cedo souberam resistir (em maior ou menor medida) ao canto de sereia que levou tantos a acharem que deveriam “purgar” suas análises de quaisquer conhecimentos que tivessem origem na “Geografia Física” (ou nas ciências da natureza, em geral); mas eles formavam um grupo específico, e não eram, muitas vezes, os principais influenciadores dos debates teórico-metodológicos da Geografia. E é bem verdade, também, que havia os remanescentes de uma Geografia “tradicional” que, até os anos 1980

e mesmo 1990, não havia ainda desaparecido por completo, e que davam contribuições, às vezes, de indiscutível espírito crítico e grande utilidade social (como VALVERDE, 1989); apesar disso, eles estavam, no geral, marginalizados há muitos anos, e suas vozes eram pouco ouvidas. Foi por isso que, ao redor do rótulo *Geografia Ambiental*, vem se agrupando um conjunto de geógrafos, nos últimos vinte anos mais ou menos, que procura reconstruir a Geografia (ou uma parte dela), para resgatar a dimensão perdida de *transversalidade epistêmica* ou *transversalidade epistemológica*. Qual é a exata relação dessa “Geografia Ambiental”, contudo, com o passado e as tradições da Geografia? Em outras palavras: como evitar repetir erros ou endossar vícios, a reboque de uma revisão dos ganhos e perdas das décadas de 1970 e 1980? Conquanto diferentes geógrafos tenham diferentes opiniões e façam distintas avaliações e prognósticos sobre as potencialidades e o futuro da Geografia Ambiental, uma coisa é certa: ainda que se trate de recuperar algo do passado, não é o caso, em absoluto, de lançar qualquer olhar nostálgico e ingênuo sobre ele. Avançar um pouco sobre esse tema é, porém, objeto da próxima seção.

4. O QUE ENTENDER POR “GEOGRAFIA AMBIENTAL”?

Nós temos, nas diversas ciências, a inclinação “disciplinadora” - e formalista - de, para destacar e promover um campo de conhecimento, encará-lo como um “territó-

4. Em parte, os geógrafos físicos, desde a primeira metade do século XX, já apostavam comparativamente pouco na integração, ou, de qualquer maneira, menos que seus colegas da “Geografia Humana”. Vários nomes de relevo da “Geografia Física” anterior a meados do século XX ainda realizavam notáveis estudos de Geografia Regional, inclusive de cunho aplicado (por exemplo, subsídios ao planejamento regional), além de se esmerarem em tentar não perder de vista as articulações entre os vários fatores abióticos e bióticos. À medida em que o século XX avançava, todavia, tudo isso foi esmaecendo: a própria “Geografia Física” foi se fragmentando mais e mais, ao longo de uma especialização unidimensional (verticalização do conhecimento) que lhe impediu de valorizar adequadamente a habilidade de contextualizar e buscar interconexões (horizontalização do conhecimento). Conceitos abrangentes e totalizantes como *milieu*, *Landschaft* etc. foram sendo menos e menos apreciados, em favor de termos e conceitos específicos e aparentemente mais operacionais (dentro de um campo de visão epistêmico mais estreito), como todos aqueles de matriz geomorfológica (domínios morfoestruturais, modelados de acumulação, aplanamento e dissecação, tectônica de falha, *cuesta*, *Inselberg*, erosão e *intemperismo*, *rampa de colúvio* etc.) ou climatológica (*micro*, *meso* e *macroclima*, *frente* e *frontogênese*, *ciclone* e *anticiclone*, *células de circulação*, *convergência*,

CONTINUA...

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO - DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

El Niño, tufão/furacão, sistemas de alta e baixa pressão, albedo etc.). Entre os conceitos de matriz biogeográfica/ecológica, alguns - como bioma, ecossistema, ecótopo, ecótono, habitat e nicho ecológico - possuem uma indiscutível abrangência, mas não deixam, também eles, de ser um tanto limitados, por uma ou outra razão. A longa e controversa busca pela edificação do conceito de "geossistema", para muitos frustrante, foi o que mais se aproximou, em um momento já posterior ao ocaso da Geografia "clássica", de uma procura por reintegração de dimensões (ao lado de conceitos associados, como "geócoro", "geofácies" e "geótopo"), mas esbarrou em obstáculos de difícil transposição, como uma visão excessivamente simplificada da sociedade. Por tudo o que foi exposto anteriormente, assuntos como legislação ambiental (stricto sensu e mesmo lato sensu, neste último caso englobando as legislações urbana e agrária) e normas e unidades de manejo (ou, mais amplamente, planejamento e gestão ambientais), têm sido não propriamente criticados em seus conteúdos específicos e devido aos viesamentos e às limitações estruturais do aparelho de Estado, mas, no fundo, isso sim, não raro deixados de lado durante os cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, sendo o Brasil um cabal exemplo dessa negligência.

rio" a ser conquistado e defendido; a partir daí, aqueles interessados lutam para guardar as suas "fronteiras". Como em um equivalente funcional do nacionalismo e do patriotismo, os que se dedicam ao campo em questão cobram e patrulham "identidades" e zelam pela fidelidade às "fronteiras" e à "língua" (o vocabulário supostamente próprio do campo, com seus termos técnicos e conceitos). Como no nacionalismo, não se pode "servir a dois senhores": os sentimentos de simpatia e afeição por mais de uma língua, terra ou cultura só podem ir até um dado limite, decerto muito estreito. Por isso, aliás, é que não poucos países proibem os seus nacionais de possuírem dupla cidadania. De maneira correspondente, o profissional tem de ser, essencialmente, geógrafo ou sociólogo, economista ou antropólogo: as fronteiras convencionais da divisão acadêmica do trabalho são policiadas, com explicações sendo exigidas de quem as ultrapassa, por mais que se exalte a interdisciplinaridade (que significa um "intercâmbio entre nacionais", seguramente tolerável, ao passo que a *transdisciplinaridade*, essa sim, equivale a declarar caducos os "passaportes" e desafiar radicalmente as "fronteiras", situação que desperta um misto de ceticismo e receio entre os pesquisadores).

A Geografia Ambiental deve ser outra coisa. Para se revelar fecunda e prosperar, ela deve ser cultivada como uma *maneira de olhar a realidade* - um *enfoque*, uma *perspectiva* (SOUZA, 2019b). Venha de onde vier - da Geografia Urbana, da Geomorfologia, da Geografia Agrária, da Climatologia... -, o geógrafo empenhado em construir objetos de conhecimento *híbridos*, ou seja, que requeiram a combina-

ção e a integração de conhecimentos sobre os processos e dinâmicas naturogênicos e sobre os agentes e processos de produção social do espaço, há de ali se sentir à vontade. Não se trata de substituir uma identidade ou referencial subdisciplinar por outro, mas sim de *fazer convergir olhares, mantendo as diferenças* - porque essas diferenças de treinamento e trajetória profissional são grandemente enriquecedoras, não debilitadoras. Um geógrafo que se dedique, prioritariamente, aos estudos urbanos, outro que tenha a sua carreira vinculada à Biogeografia, e ainda outro que venha se devotando à pesquisa sobre a organização dos espaços rurais - todos podem colaborar para impulsionar o enfoque da Geografia Ambiental, cada um ao seu modo e com sua contribuição específica. A premissa básica, para isso, é que se dê valor à troca de conhecimentos, entendendo-se que a compreensão de muitas problemáticas complexas exige esse diálogo.

Será que a Geografia Ambiental pressuporia que cada profissional, sozinho, possa realizar todas as integrações imagináveis, sentindo-se confortável tanto com os métodos, teorias e conceitos da "Geografia Humana" quanto com aqueles da "Geografia Física"? Longe disso! A pretensão de formar "superprofissionais" com uma erudição técnico-científica enciclopédica significaria, convenhamos, precisamente o contrário do apelo à *colaboração entre diferentes*, além de ser uma expectativa muito pouco realista. É lógico que é desejável, ou mesmo imprescindível, que, para além do respeito e do interesse para com o saber do Outro, haja, também, uma capacidade mínima de compreender algumas peculiaridades da ge-

ração de dados, do vocabulário, dos métodos e da forma de pensar desse Outro; caso contrário, até mesmo a leitura de um relatório, artigo ou livro pode trazer embarços. Depois de décadas de desqualificação de quem apresenta um perfil profissional distinto, convenhamos, isso é, hoje em dia, muitíssimo mais difícil de alcançar do que era, digamos, meio século atrás - o que não significa que seja *intrinsecamente* muito complicado, mas sim, apenas, que nós, com o passar do tempo, fomos comprometendo a formação e a expertise básica dos geógrafos, estimulados que temos sido a ignorar o Outro que é nosso vizinho de corredor, em vez de aprender com ele. Há que se resgatar e reconstruir uma possibilidade de interlocução intradisciplinar que, no decorrer das décadas, largamente se perdeu. Não é fácil, mas tampouco é impossível.

Para além dos conceitos específicos aos geógrafos humanos e físicos, ou mesmo a algumas subáreas específicas em particular - *rede urbana, gentrificação, bioma, estrutura agrária* e tantos outros -, cabe ter presente, sempre, que alguns conceitos bastante gerais, como paisagem (ou mesmo *território*, se pensarmos em seus usos na Biogeografia e na Ecologia), carregam atrás de si uma história de variadas interpretações, em face da qual não faz sentido procurar pela “leitura correta”. Dentre todos os conceitos, contudo, sobressai o de *ambiente*, como potencialmente capaz de ajudar a costurar distintos “dialetos” e agendas de pesquisa.

A Geografia Ambiental, como vemos, merece ser vista, por assim dizer, como um *enfoque* - ou como um “estado de espírito” -, e não como um recorte “territorial” exclusivo e excludente. Bem ao

contrário, ela é generosa e hospitaleira: a todos pode acolher, desde que respeitem a “regra fundamental da casa”, que é o apreço pelo diálogo de saberes, pela transversalidade epistêmica. Não obstante, o que essa Geografia Ambiental traria de novo em comparação com as ambições da Geografia “clássica”, e que a pouparia das limitações que caracterizaram esta última, amplamente reconhecidos há muito tempo? Não vou me estender sobre isso, pois já abordei o assunto em ocasião anterior (SOUZA, 2018). Vale a pena, de qualquer maneira, sintetizar a essência do argumento.

A Geografia Ambiental que tem emergido, mais ou menos simultaneamente, em vários países, é, a um só tempo, *mais ambiciosa e mais modesta* que a Geografia “clássica” e seu projeto de uma “ciência-ponte” ou “ciência de síntese” entre a pesquisa natural e a social. Por um lado, mais ambiciosa no plano *teórico-metodológico*: por mais perniciosa que tenha a sido a sanha “purificadora” e anti-“Geografia Física” da Geografia Crítica, sua guerra sem quartel contra o positivismo, seu combate aos preconceitos antiteóricos dos clássicos e sua denúncia dos limites do empirismo e do funcionalismo, tudo isso levando ao despertar de um enorme interesse pela Filosofia e a um reforço da interlocução com as ciências sociais, colaboraram para tornar os geógrafos menos ingênuos político-filosoficamente e muito mais preparados teórica e conceitualmente. Por outro lado, ela é mais modesta no plano *epistemológico*: não se imagina mais que a Geografia Ambiental possa ou deva coincidir com a Geografia como um todo, ou mesmo que ela deva corresponder à maior parte da

5. Consulte-se, sobre o “metabolismo social” e o conceito de natureza em Marx, SCHMIDT (1977).

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO - DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

disciplina; apenas e tão somente se defende que o hibridismo ou “mes-tiçagem epistemológica” (SOUZA, 2016, pp. 36-37) que caracteriza a Geografia Ambiental tenha o seu lugar assegurado, sem prejuízo para estratégias de construção de objetos de conhecimento em que uma preocupação desse tipo não faça muito sentido (por exemplo, no estudo de identidades de bairro, da dimensão espacial do comportamento eleitoral ou da espacialidade da criminalidade violenta).

Considerada desse ponto de vista, a “ambientalização” da Geografia não constitui, em princípio, uma ameaça para ninguém; pelo contrário, ela oferece uma oportunidade ímpar. Ainda hoje, leigos e pesquisadores que não sejam geógrafos costumam se espantar com a “guerra fria” que se instalou nos ambientes acadêmicos da Geografia desde os anos 1970. A imagem que a Geografia tem perante o grande público, por mais superficial, simplificada e distorcida que possa ser, continua a se associar, mesmo que vagamente, à interligação, ao entrelaçamento de “sociedade” e “natureza”. Isso não é um estorvo, mas sim uma vantagem. Ao menos em tese, se reconhece, na Geografia, um potencial de ser um campo de conhecimento a partir do qual se podem edificar conhecimentos e discursos úteis e esclarecedores acerca de injustiça, desastres, sofrimento, impactos e conflitos... *ambientais* - em sentido amplo. O desafio de concretizar esse potencial de forma mais significativa, convincente, autoconfiante e influente, todavia, é tanto epistemológico quanto político; em suma, ele é *epistêmico-político*. É preciso superar barreiras cognitivas, dificuldades de comunicação (dife-

renças de vocabulário, histórias paralelas e desencontradas) e, *last but not least*, preconceitos ideológicos acumulados ao longo de décadas (“ingênuos”/“conservadores”/“alienados” versus “panfletários”/“pseudocientistas”, para recordar alguns dos insultos mais frequentes). Alcançar mais tolerância e, sobre esses alicerces, mais disposição para o aprendizado mútuo, pressupõe o *abandono de zonas de conforto*, e aí fica mais fácil entender o porquê de nem todos se verem tentados a abraçar essa causa, mesmo que, no seu íntimo, não raro a julguem válida e legítima. Relações de poder, igrejinhas e panelinhas, cristalizadas ao longo dos anos, não serão reversíveis com facilidade. Um determinado estilo de (de)formação profissional, depois de quarenta anos, já se acha suficientemente enraizado para não poder mais ser removido apenas com apelos à razão, ao bom senso e à tolerância. Consolidar um lugar significativo para a Geografia Ambiental é algo que só se alcançará a duras penas.

Após esse percurso, estamos preparados para focalizar diretamente aquilo que pode ser uma extraordinária ilustração da importância da Geografia Ambiental: a pandemia de COVID-19, com todos os seus fatores e seu cortejo de efeitos deletérios e trágicos.

5. A GEOGRAFICIDADE DA PANDEMIA DE COVID-19, E O PAPEL DOS GEÓGRAFOS

Desde que a epidemia de COVID-19 começou realmente a se alastrar pelo mundo e a demonstrar que seríamos todos confrontados com uma tragédia de grandes proporções, sendo alçada pela

Organização Mundial da Saúde (OMS) ao *status* de pandemia em 11 de março de 2020, geógrafos de muitos países começaram a se mobilizar em torno do tema. Um dos primeiros a se manifestarem publicamente foi David Harvey, com seu artigo “Anti-capitalist politics in the time of COVID-19” (HARVEY, 2020), e rapidamente seguiram-se muitos outros. No Brasil, entre várias outras iniciativas, tivemos as duas partes do “Dossiê Coronavírus” do periódico *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, com um total de 38 artigos.

O acervo que se vai constituindo, em um arco que vai de análises de conjuntura até reflexões com densidade teórico-conceitual, é indiscutivelmente relevante. Uma lacuna, apesar disso, não parece estar sendo adequadamente preenchida: *análises baseadas em estudos sistemáticos e pesquisas empíricas de fôlego*. Trabalhos como os do geógrafo Raul Borges Guimarães, às vezes em coautoria com colegas da área das ciências biomédicas (ver, p.ex., FORTALEZA *et al.*, 2020), ainda são bastante incomuns. Também, pudera: quantos geógrafos se têm dedicado a pesquisas na interface entre Geografia da Saúde, Estudos Urbanos e Epidemiologia Ambiental/Epidemiologia Social? Uma coisa é meditar sobre a magnitude e as características do desafio representado pela COVID-19, proporcionando análises instigantes e provocativas (que, não obstante, em alguns casos, um sociólogo, um filósofo ou até um bom jornalista poderia oferecer); outra coisa é, estribado em muitos anos de pesquisa no contexto daquelas interfaces, fornecer subsídios para pensar sobre detalhes sócio-espaciais e ope-

racionais, prognósticos embasados e as deficiências gestoriais de uma conjuntura que tem por trás de si uma estrutura e toda uma história de elitismo, autoritarismo e racismo. Para emitir opiniões sensatas e fornecer reflexões interessantes, muitas vezes basta a inteligência (com um mínimo de informação, por óbvio), ao passo que, para expressar juízos abalizados e detalhados sobre alguma coisa, é imprescindível ter experiência acumulada, tanto técnico-metodológica quanto empírica - o tipo de experiência que não se amalha em uma questão de semanas ou meses.

A importância da Geografia da Saúde, nos marcos da problemática da pandemia de COVID-19, dá um excelente pretexto para insistir sobre a relevância do olhar próprio à Geografia Ambiental - bem como sobre o preço a pagar por décadas de descuido com relação a esse enfoque, na formação dos geógrafos. A Geografia da Saúde é uma ilustração como que sob encomenda dessa relevância, pois seus objetos de conhecimento são, tipicamente, híbridos, e ela não pode ser praticada sem interfaces como as que indiquei no parágrafo anterior. Desafios como o da *injustiça ambiental*, que se manifestam por meio de quadros em que se entrelaçam contaminação e/ou desastres, sofrimento ambiental (físico e psíquico), segregação residencial (com seu cortejo de problemas, como falta de saneamento básico e vulnerabilidade social), são tópicos-chave em uma agenda que inclui não apenas a Geografia da Saúde, mas também outros tipos de pesquisas, tanto eminentemente sociogeográficas quanto principalmente ecogeográficas, alimentadas pela interface dos conhecimentos geográficos com aqueles de Eco-

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

toxicologia, Epidemiologia Ambiental, e por aí vai. Isso sem falar na abertura e na interlocução com saberes vernáculos, ameadados por povos originários, populações tradicionais e até mesmo no meio urbano - algo que é feito, há muitos anos, por exemplo, pela assim chamada “Epidemiologia Popular” (ver, p.ex., BROWN, 1992 e 1993) ou “Epidemiologia Social” (ver, p.ex., RAMOS *et al.*, 2016).

Pois bem: em que consiste a “geograficidade” da pandemia? Consiste, para dizê-lo muito resumidamente, *nas características e nos condicionamentos relativos aos ecossistemas e processos geológicos, às tecnologias, à organização espacial e à produção social do espaço que influenciam, diferencialmente conforme a escala e o lugar; a dinâmica ecossocial da doença e seus desdobramentos econômicos, (socio)políticos e comportamentais/culturais*. Ora, essa geograficidade exige, para ser captada sem comprometimento de sua integridade, o concurso tanto do ponto de vista sociogeográfico quanto do ecogeográfico. Essa confluência de perspectivas pode, em circunstâncias não ideais, ocorrer sob a forma de um esforço por parte de um único pesquisador para, mesmo com as limitações impostas por um treinamento e por uma carreira essencialmente ou principalmente sociogeográficos (ou ecogeográficos), buscar, do melhor modo possível, dar atenção e utilizar dados e informações gerados e analisados por colegas ecogeógrafos (ou sociogeógrafos). O mais recomendável, de toda sorte, é que exista a possibilidade de uma cooperação entre colegas com expertises distintas e complementares, uma vez que, para uma única pessoa - ainda mais com

a formação truncada que tem caracterizado as décadas recentes -, possuir um domínio sólido (ou mesmo razoável) de métodos, técnicas de pesquisa, teorias e conceitos de matriz epistemológica distinta tende a ser a exceção, nunca a regra.

Na verdade, ainda que se consiga aumentar, no futuro, a margem de manobra para a tolerância, o respeito e o interesse recíprocos, Geografia Social e Ecogeografia (ou, para usar as expressões correntes, “Geografia Humana” e “Geografia Física”) sempre serão “irmãs”, mas não “clones” uma da outra - e isso é ótimo! A partir do instante em que aceitamos que *integrar* nada tem a ver com *uniformizar*, admitindo que o diferente não precisa, só por ser diferente, ser encarado como inútil ou pernicioso, podendo, inversamente, nos ser útil e complementar, tudo muda de figura. Quase sempre oscilamos entre duas posturas opostas, ambas fontes de malefícios: *ou* tendemos, positivisticamente, a conceber a sociedade como uma realidade semelhante, no essencial, à natureza não humana, de modo que os mesmos métodos, técnicas de pesquisa, expectativas (capacidade de produzir leis gerais, previsões etc.) e condições de trabalho deveriam estar presentes na pesquisa social e natural (com esta última, via de regra, sendo tomada como um “modelo” a ser imitado); *ou*, pelo contrário, como no caso de algumas correntes das ciências sociais (*social constructionism*, Marxismo Ocidental etc.), assume-se que, por razões epistemológicas e ontológicas, sociedade e natureza são níveis de realidade tão substancialmente distintos um do outro que não somente os métodos, técnicas de pesquisa, expectativas e condições de trabalho haverão de ser to-

talmente diferentes, mas, ainda por cima, um macrodomínio científico-intelectual teria pouco (na melhor das hipóteses!) a aprender com o outro. Em geral, não se aposta em um terceiro cenário: o de *respeito às especificidades epistemológicas sem que, apenas por isso, as diferenças devam servir de pretexto para a ignorância recíproca*.

A posição representada pelo terceiro cenário do parágrafo anterior é o que se requer, por exemplo, para que a Geografia possa dar contribuições para o estudo da pandemia de COVID-19 que vão além das reflexões teórico-conceituais inteligentes e das análises de conjuntura bem informadas. É aqui, justamente, que o papel da perspectiva da Geografia Ambiental, a nos facultar múltiplas interfaces - no caso em tela, como já foi mencionado, por exemplo, sobretudo com a Epidemiologia -, colabora para enriquecer e potencializar incrivelmente o alcance do discurso geográfico.

O exemplo da pandemia de COVID-19 é especialmente didático e eloquente no que tange à demonstração da importância da transversalidade epistêmica ou do diálogo intradisciplinar porque, nitidamente, oferece um pretexto para a colaboração entre conhecimentos geográficos de tipos distintos e com origens bem diversas. Uma abordagem geográfica sobre a pandemia há de se caracterizar, evidentemente, acima de tudo, pela habilidade em mostrar que um fenômeno desse tipo só pode ser avaliado adequadamente se tivermos clareza sobre a variabilidade sócio-espacial e ecológico-espacial da catástrofe: por trás da massa de atingidos, expressa por estatísticas gerais sobre o número de infectados e de mortos, assim como pela quantidade de de-

sempregados e pelas estimativas de perdas econômicas, de que classes e frações de classe estamos falando? E que outras clivagens sociais - principalmente "raça"/cor de pele - respondem por diferenças em matéria de exposição e vulnerabilidade? Diferenças sociais em matéria de exposição e vulnerabilidade, por sua vez, só adquirem real concretude ao serem especializadas: quais os padrões de mobilidade e moradia? Qual é a situação, em cada país, em cada região e em cada cidade, dos transportes coletivos de massa, com a típica penúria imposta por um *commuting* desgastante e, em meio a uma pandemia, arriscado? Como se distribui, espacialmente - ao longo de um espectro sócio-espacial que vai das *gated communities* autosssegregadas das elites e da classe média até os espaços segregados das favelas e loteamentos informais das periferias urbanas -, a heterogeneidade em matéria de saneamento básico, densidade populacional e construtiva, coabitação, possibilidades de isolamento social e conforto? Um tratamento geográfico pormenorizado e sistemático desses assuntos requer familiaridade e experiência não apenas com temas da pesquisa sociogeográfica (estudos de segregação intraurbana e de mobilidade urbana, por exemplo), mas também com pesquisas ecogeográficas e afins (como a Epidemiologia Ambiental e Social).

A pandemia em curso é, de toda sorte, apenas um exemplo. Não é o caso de querer explorar o assunto em detalhes aqui, mas há uma pletera de temas/problemas que exigem a construção de objetos de conhecimento nitidamente híbridos por parte dos geógrafos - e que, por extensão, consistem em convites (ou clamores!) para que cultivemos

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JULHO - DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

a perspectiva da Geografia Ambiental e cuidemos de atender aos seus pressupostos em matéria de tolerância, diálogo e intercâmbio intradisciplinar. A contaminação e os desastres ambientais (denominados ainda hoje por muitos, impropriamente, de “desastres naturais”, ignorando-se assim os fatores que amiúde lhes afetam e os efeitos sociais que lhes definem enquanto desastres), causadores de mal-estar e de doenças físicas e psíquicas, constituem, por excelência, objetos de conhecimento híbridos; os processos e os interesses políticos, econômicos e culturais envolvidos nas (des)territorializações e nos modelos de gestão concernentes a “áreas ambientalmente protegidas” equivalem a outra exemplificação didática; e por fim, para citar apenas mais um exemplo, pode ser mencionada a análise de situações de injustiça ambiental - verdadeiro “tema vertebrador” de numerosos outros assuntos, já que problemas como poluição, desastres e desterritorializações estão sempre imbricados, em sociedades estruturalmente assimétricas e desiguais, com o problema da injustiça. Esses e muitos outros assuntos - que são, simultaneamente, desafios intelectuais e políticos - sugerem que o enfoque representado pela Geografia Ambiental não pode ser negligenciado ou desprezado, sob pena de serem sacrificados o alcance, a utilidade social e o reconhecimento público da própria Geografia.

ARREIMATE: A DUPLA VULNERABILIDADE

O desafio da “ambientalização” da Geografia, modestamente entendido como, simplesmente, uma revalorização dos objetos de conhecimento híbridos, na esteira de uma

compreensão mais sofisticada do conceito de *ambiente*, é, ao mesmo tempo, intelectual e político. Por mais que aquela revalorização soe razoável a muitos ouvidos, colocá-la em prática requer algo a que muitos não estão mais dispostos: sair de uma zona de conforto temático, teórico-conceitual e metodológico. As zonas de conforto, aliás, se vêm, ao mesmo tempo que multiplicando, amesquinhando; não é sem razão que se pode perguntar em que determinados assuntos específicos abordados, digamos, pela Geografia Cultural ou pela Geografia Política, podem se beneficiar de estudos sobre, por exemplo, erosão ou inundações - e vice-versa. Por outro lado, essa constatação costuma deixar escapar alguma coisa de essencial: Geografia Cultural e Geografia Política (para permanecer com os mesmos exemplos) se afastam cada vez mais da Geomorfologia e da Hidrogeografia (e a recíproca é inteiramente verdadeira) porque, na verdade, não há quase interesse na construção de objetos de conhecimento que propiciem pontos de contato e intercâmbios. Basta pensarmos na percepção social de fenômenos erosivos ou inundações ou na importância de tais *hazards* como deflagradores de conflitos sociais para verificarmos que há, sim, possibilidades de conversa frutífera entre geógrafos com trajetórias e preferências muito distintas. Temos nos deixado convencer há décadas, todavia, de que esse tipo de intercâmbio não mais é relevante, e com isso deparamos com aquilo que, em Sociologia, ficou conhecido como “profecia que se autocumpre” (“*self-fulfilling prophecy*”). Com o passar dos anos e a internalização do ceticismo pelos currículos e comportamentos do-

centes em sala de aula, a formação dos estudantes e futuros profissionais passou a refletir cada vez mais determinadas (auto)limitações - e a “profecia”, de fato, crescentemente se cumpriu. Para se opor eficazmente a essa tendência, será preciso mobilizar não somente bons argumentos, mas também ousadia e teimosia, além de uma forte disposição para enfrentar a inércia das instituições que organizam o trabalho científico. A luta é árdua, mas a recompensa não é desprezível.

A última frase do último parágrafo da seção precedente valeu-se da expressão “sob pena de serem sacrificados”. Essa é, no entanto, uma formulação deveras imprecisa: *sob pena de se continuar sacrificando* seria mais rigoroso e correto. Ao jogarem fora o bebê com a água do banho - com o perdão, mais uma vez, do lugar-comum - nas décadas de 1970 e 1980, muitos geógrafos, inadvertidamente, colaboraram para estreitar incrivelmente o escopo das preocupações no âmbito de sua profissão. A necessária crítica do positivismo e do conservadorismo e a saudável maior abertura para uma interlocução com as várias ciências da sociedade não raro descambaram para uma obsessão pela reconstrução da Geografia, a partir da “Geografia Humana”, como uma ciência social “pura”, com o conseqüente banimento do interesse por qualquer diálogo com os conhecimentos gerados no âmbito da “Geografia Física” (para não mencionar o fato de que a própria pertinência de uma “Geografia Física” foi tacitamente posta em questão). Esse desinteresse e essa hostilidade frequentemente alimentaram e catalisaram, por parte dos geógrafos físicos, uma movimentação similar de afastamento, descolando-se mais

e mais da “Geografia Humana” e, em alguns casos, da própria Geografia, em favor de outras inserções institucionais.

As exceções têm, sem dúvida, existido, e dos dois lados: assim como há praticantes da Geografia dita “humana” que resistiram à tentação de repudiar a interlocução com a “Geografia Física” (é o caso, principalmente, daqueles que têm contribuído com o campo interdisciplinar da Ecologia Política, como, no Brasil, Carlos Walter Porto-Gonçalves), deve ser também devidamente lembrado o caso daqueles vários geógrafos-geomorfólogos, geógrafos-climatólogos etc. que, além de não voltarem suas costas à “Geografia Humana”, ainda tiveram a coragem e a humildade de levar a sério os argumentos antipositivistas trazidos pela Geografia Crítica: para só ficarmos no Brasil, exemplos como os de Dirce Suerregaray, Roberto Verdum e João Lima Sant’Anna Neto nos servem de boas ilustrações concretas. Não obstante, essas exceções apenas confirmam a regra das tendências centrífugas e fragmentadoras que tornam espinhosa a tarefa de consolidar um enfoque como o da Geografia Ambiental.

A pandemia de COVID-19 é somente uma das exemplificações possíveis - mas certamente uma das mais dramáticas que podemos imaginar - de que o intercâmbio entre geógrafos identificados com polos epistemológicos distintos, *porém complementares* (pesquisa social e pesquisa natural), é tanto possível quanto necessário. Enquanto muitos geógrafos se habituaram, por terem sido assim doutrinados, a enxergar nos conhecimentos da “Geografia Humana” e naqueles da “Geografia Física” coisas que

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

não se misturam, como óleo e água, outros profissionais (antropólogos, economistas políticos e até mesmo arquitetos-urbanistas, entre outros), talvez menos mergulhados em certos preconceitos e seguramente menos obcecados por qualquer “pureza” ou “purificação” epistemológica, têm cultivado temas e analisado problemas que são, por assim dizer, profundamente “geográficos”: da percepção social de desastres e poluição ao escrutínio crítico da legislação ambiental, passando pelo estudo multiescalar dos efeitos sociais e ecológicos do neoextrativismo, da produção social do clima e de muitos outros assuntos. Ao mesmo tempo, alguns geógrafos, às vezes abrigados em instituições de pesquisa de vocação interdisciplinar e situadas fora das universidades (como a Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz), vêm colaborando com investigações de cunho epidemiológico, ecotoxicológico etc., nos marcos de pesquisas sobre, por exemplo, saúde pública. Diante de tudo isso, o ceticismo e as resistências ainda observáveis na Geografia universitária parecem bizantinos, estéreis.

Tive oportunidade, vinte anos atrás, de chamar a atenção para o enviesamento eurocêntrico de Ulrich Beck quando este, em seu *A sociedade do risco*, estabeleceu um contraste entre dois momentos: se anteriormente, até o século XIX e mesmo um pouco depois, a frase-síntese da questão social poderia ser “eu tenho fome” (*ich habe Hunger*), a partir das últimas décadas do século XX a frase-síntese teria passado a ser “eu tenho medo” (*ich habe Angst*) - a saber, medo de um acidente nuclear, de contaminação dos alimentos, e assim sucessiva-

mente (BECK, 1986). Esse contraste, sob a forma de uma sucessão no tempo, trai um olhar típico do Norte Global. Observado o mundo a partir do Sul Global, o que encontramos é uma *coexistência sincrônica daqueles dois gritos de desespero* (SOUZA, 2000, pp. 134-135). A “fome”, sem dúvida, surge, aqui, como uma sinédoque, em que a parte simboliza o todo - na realidade, o que se quer destacar são situações de grave privação material e qualidade de vida ruim, nem sempre tendo a ver com fome crônica em sentido estrito. Espaços como as áreas residenciais segregadas e estigmatizadas das cidades latino-americanas, africanas e de grande parte da Ásia são, por suas condições sanitárias e por sua localização mesma, com frequência expostos desproporcionalmente a contaminação ambiental (por conta de indústrias poluentes, aterros sanitários etc.) e ao risco de desastres na esteira de deslizamentos e inundações. Há uma lógica perversa, capitalista (e com o beneplácito e a coordenação do aparelho de Estado), que leva aqueles que menos se beneficiam do *status quo* a morarem em locais especialmente perigosos. Com isso, a espacialidade se converte em uma chave para entender como problemas em larga medida e em princípio bastante gerais - da poluição a uma pandemia - se tornam particularmente trágicos para uma parcela específica (mas não raro majoritária, no Sul Global) da população. A vulnerabilidade dessas pessoas é, podemos dizer, *dupla*. Para analisar adequadamente essa dupla vulnerabilidade, faz-se mister admitir que nem os fatores e condicionantes sociais nem os ecológicos podem ser, *a priori*, su-
bestimados, o que dirá descartados.

Talvez ainda não seja tarde para os geógrafos plasmarem uma imagem pública em que apareçam como protagonistas de debates coletivos em torno de assuntos como a dinâmica ecossocial no Antropoceno (ou, mais criticamente falando, *Capitaloceno*), os impactos social e espacialmente variáveis da mudança climática global, as alterações de legislação ambiental (como, no Brasil, a reforma do Código Florestal em 2012), os múltiplos aspectos sociais e ecológicos envolvidos na criação e alteração de áreas ambientalmente protegidas, e assim sucessivamente. Qualquer exame honesto nos mostrará que, por mais que existam geógrafos cujas vozes sejam ouvidas e cujas expertises sejam valorizadas no contexto de tais discussões, a imagem da Geografia é, a esse respeito, secundária, na melhor das hipóteses. Isso deveria, por vários motivos, causar espanto e inconformismo. Talvez o mais espantoso, porém, seja o fato de que poucos geógrafos parecem se espantar e incomodar. Ou, em parte, que o incômodo, que volta e meia existe, não consiga dar margem a consequências práticas de monta. Enquanto isso, o tempo não parece trabalhar a favor da humanidade - nem a favor da Geografia. A inércia, nas atuais condições, com certeza não será uma aliada.

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri (2010): Ambientalização das lutas sociais - O caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), pp. 103-119.

BECK, Ulrich (1986): *Risikogesellschaft: Auf dem Wege in eine andere Moderne*. Frankfurt (Meno): Suhrkamp.

BROWN, Phil (1992): Popular Epidemiology and Toxic Waste Contamination: Lay and Professional Ways of Knowing. *Journal of Health and Social Behavior*, v. 33, nº 3, pp. 267-281.

BROWN, Phil (1993): When the public knows better: Popular epidemiology challenges the system. *Environment*, v. 35, nº 8, pp. 16-41.

FORTALEZA, Carlos Magno et al. (2020): Elementary spatial structures and dispersion of COVID-19: health geography directing responses to public health emergency in Sao Paulo State, Brazil (*online*: 01/05/2020; <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.04.26.20080895v1>).

HARVEY Anti-capitalist politics in the time of COVID-19 (*online*: 20/03/2020; <https://jacobinmag.com/2020/03/david-harvey-coronavirus-political-economy-disruptions>).

LATOUR, Bruno (1994 [1991]): *Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.

LOPES, José S. Leite et al. (2004): *A ambientalização dos conflitos sociais: Participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

PATTISON, William D. (1990 [1964]): The four traditions of geography. *Journal of Geography*, v. 89, nº 5, pp. 202-206.

RAMOS, Francisco Lúzio de Paula et al. (2016): As contribuições da epidemiologia social para a pesquisa clínica em doenças infecciosas. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, v. 7, nº esp., pp. 221-229.

SCHMIDT, Alfred (1977 [1962]): *El concepto de naturaleza en Marx*. Cidade do México e outros lugares: Siglo Veintiuno, 2ª ed.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2000): *O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2016): Consiliência ou bipolarização epistemológica? Sobre o persistente fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade – e o papel dos geógrafos. In: SPOSITO, Eliseu S. et al. (orgs.): *A diversidade da Geografia brasileira. Escalas e dimensões da análise e da ação*. Rio de Janeiro: Consequência.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2018): Quando o trunfo se revela um fardo: Reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. *Geosp - Espaço e Tempo*, v. 22, nº2, pp. 274-308.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2019a): *Ambientes e territórios: Uma introdução à Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

SOUZA, Marcelo Lopes de (2019b): O que é a Geografia Ambiental? *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 1, nº 1, pp. 14-37

SOUZA, Marcelo Lopes de; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (2020): Em meio à pandemia [= editorial]. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 2, nº 1, pp. 5-15.

VALVERDE, Orlando (1989): *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília: Forense Universitária, EDUSP e Editora UnB.

Von HUMBOLDT, Alexander (2004 [1845-1858; 1862]): *Kosmos: Entwurf einer physischen Weltbeschreibung*. Frankfurt (Meno): Eichborn (edição organizada por Ottmar Ette e Oliver Lubrich).



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

JULHO- DEZEMBRO, 2020
ISSN 2175-3709